

A valoração plural como terreno de disputa política: conflitos de valor sobre a natureza em comunidades costeiras tradicionais

Plural valuation as a field of political dispute: value conflicts over nature in traditional coastal communities

Carlos Isaza Valencia

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba (PB), Brasil

Márcia Batista da Fonseca

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba (PB), Brasil

George Cavalcanti de Miranda

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba (PB), Brasil

Alexander Rincón Ruíz

Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, Colombia

GT7. Desenvolvimento rural, territorial e regional

Resumo: Comunidades costeiras tradicionais enfrentam transformações socioambientais profundas, onde conflitos sobre o valor da natureza são centrais. Este estudo aplica a valoração plural para analisar como os valores da natureza são construídos e disputados em duas comunidades da Paraíba, Brasil: Barra de Mamanguape (comunidade tradicional) e Tramataia (comunidade indígena). Utilizou-se uma abordagem de métodos mistos, combinando técnicas participativas, pesquisas de preferência declarada e análise integrativa para capturar dimensões qualitativas e quantitativas dos valores. Os resultados revelam perfis distintos de valor: por um lado, predominam valores relacionais de identidade e vínculo territorial, que funcionam como resistência cultural à especulação imobiliária. Por outro lado, valores instrumentais de subsistência e valores relacionais como o senso de pertença e a identidade, coexistem sob a pressão da degradação ambiental, configurando *tradeoffs* complexos. Em ambas, a valoração se mostra uma arena política, revelando assimetrias de poder e a marginalização de saberes locais na governança. Conclui-se que a valoração plural, enquanto prática situada e participativa, é crucial para tornar visíveis os conflitos de valor e as injustiças epistêmicas. A sustentabilidade costeira exige políticas que reconheçam as cosmologias locais e institucionalizem processos decisórios que legitimem valores relacionais e redistribuam poder, promovendo justiça ambiental e autonomia comunitária.

Palavras-chave: Conhecimento Ecológico Local; Governança Participativa; Justiça ambiental; Métodos Mistos; Valores Relacionais.

Abstract: Traditional coastal communities face profound socio-environmental transformations, where conflicts over the value of nature are central. This study applies plural valuation to analyse how nature's values are constructed and disputed in two communities in Paraíba, Brazil: Barra de Mamanguape (traditional community) and Tramataia (indigenous community). A mixed-methods approach was used, combining participatory techniques, stated preference surveys, and integrative analysis, to capture qualitative and quantitative dimensions of values. The results reveal distinct value profiles: on one hand, relational values of identity and territorial bonds predominate, which function as cultural resistance to real estate speculation. On the other hand, instrumental subsistence values and relational values, such as sense of belonging and identity, coexist under the pressure of environmental degradation, configuring complex tradeoffs. In both valuation reveals itself as a political arena, revealing power asymmetries and the marginalization of local knowledge in governance. It is concluded that plural valuation, as a situated and participatory practice, is crucial to make value conflicts and epistemic injustices visible. Coastal sustainability demands policies that recognize local cosmologies and institutionalize decision-making processes that legitimize relational values and redistribute power, promoting environmental justice and community autonomy..

Keywords: Local Ecological Knowledge, Participatory Governance, Environmental Justice, Mixed Methods, Relational Values.

1. Introdução

A perda acelerada da biodiversidade e a crise climática são sintomas de uma falha sistêmica: a desconexão entre os sistemas econômicos e ecológicos e a invisibilização dos valores não monetários que as comunidades humanas atribuem à natureza e à biodiversidade (González, 2023; Gudynas, 2010; Cloud; Redvers, 2023). Essa desconexão gera e perpetua profundas injustiças socioambientais, nas quais os custos do colapso ambiental recaem de forma desproporcional sobre povos tradicionais e comunidades locais (Aznarez et al., 2025; Bavinck et al., 2017; Martínez-Alier, 2021). Para enfrentar esse desafio, a valoração ambiental tem buscado avançar além de métricas puramente econômicas.

Diante desse cenário, evidencia-se a carência de metodologias operacionais que possam ser co-construídas com as comunidades, integrar de forma genuína diferentes tipologias de valor e traduzir-se em processos decisórios mais justos (Sugimoto et al., 2022). O objetivo geral é realizar o processo de valoração e integração dos valores atribuídos à natureza pelas comunidades. Invertendo a lógica convencional, estabelece-se um diálogo que coloca as comunidades no centro do processo para definir, conjuntamente, o escopo, o propósito e os métodos de valoração mais adequados ao seu contexto.

Ao aplicar esse processo no contexto de comunidades tradicionais da Área de Proteção Ambiental Barra de Mamanguape, os resultados indicam que: (a) a co-construção do escopo revela prioridades de valor distintas daquelas assumidas por abordagens externas; (b) a combinação de métodos narrativos, espaciais e deliberativos é essencial para capturar a pluralidade de valores; e (c) o processo não apenas gera dados robustos, mas também atua como catalisador do engajamento comunitário e do empoderamento político. Os resultados oferecem um roteiro metodológico replicável para operacionalizar os valores plurais da IPBES, contribuindo para sua aplicação prática em contextos de justiça ambiental e conservação equitativa.

2. Revisão da Literatura

A Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) representa um avanço conceitual ao reconhecer a coexistência de valores instrumentais, intrínsecos e relacionais (IPBES, 2022; Jacobs et al., 2020). Contudo, persiste um distanciamento entre esse reconhecimento teórico e sua implementação prática, como demonstram análises críticas de setores como o turismo costeiro (Smith et al., 2023; Stacey, 2024). Nesse setor, estratégias de *greenwashing* e *lobby* político têm sido utilizadas para a

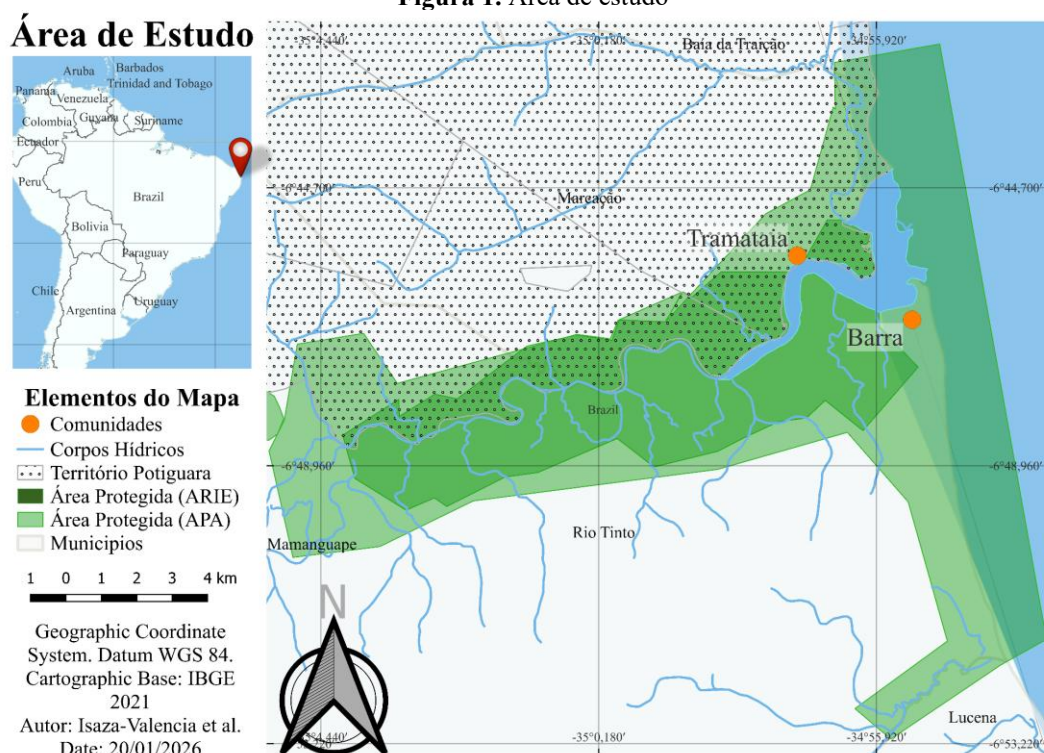
apropriação de terras em áreas protegidas, ameaçando a conservação e os direitos das comunidades locais (Buckley et al., 2024).

Os ecossistemas costeiros (Kageyama et al., 2025) enfrentam pressões específicas, como a apropriação de espaços e recursos (Bavinck et al., 2017) e transformações culturais induzidas pelo turismo e por políticas de conservação (Sinay et al., 2019). A integração da ciência pós-normal (Funtowicz; Ravetz, 1997) aos processos de valoração plural (Anderson et al., 2022; Díaz et al., 2018; Sugimoto et al., 2022) orienta abordagens baseadas em etapas iterativas, que incluem a definição participativa do escopo e da seleção metodológica, a aplicação de métodos compatíveis com os valores identificados e a integração analítica dos resultados sob a perspectiva da justiça ambiental (Jacobs et al., 2020).

3. Metodologia

O estudo foi conduzido na Área de Proteção Ambiental (APA) e na Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Barra do Rio Mamanguape, no litoral norte do estado da Paraíba, Brasil, unidades de conservação sobrepostas que abrangem o estuário do rio Mamanguape (Figura 1). A área constitui um caso cientificamente relevante por concentrar conflitos socioambientais em um território protegido, estratégico para a conservação do peixe-boi-marinho e de ecossistemas estuarinos e de manguezal.

Figura 1. Área de estudo



Fonte: Elaborado pelos autores (Isaza-Valencia et al., 2026).

O território é caracterizado pela presença de comunidades tradicionais de pescadores artesanais, por pressões antrópicas associadas à monocultura da cana-de-açúcar, à carcinicultura e à expansão do turismo, além da atuação de atores institucionais na governança local. As comunidades de Barra de Mamanguape e Tramataia compartilham o mesmo sistema ecológico, mas apresentam distintas formas de governança e baixos índices de desenvolvimento humano, configurando um contexto social essencial para a análise das dinâmicas socioambientais investigadas.

A metodologia seguiu o processo de valoração plural da natureza proposto pela IPBES (2022), estruturando-se em etapas iterativas com três técnicas complementares aplicadas de forma sequencial e integradora. Inicialmente, o escopo do estudo e os valores associados à natureza foram identificados com entrevistas. Em seguida, grupos focais discutiram esses valores e permitiram a identificação de *tradeoffs*. Por fim, questionários possibilitaram a análise sistemática dos *tradeoffs* identificados. As técnicas foram articuladas de modo cíclico, de forma que os resultados de cada etapa informaram a subsequente, assegurando consistência analítica e reprodutibilidade. O método organizou-se em duas seções operacionais: identificação dos métodos de valoração e aplicação dos métodos com integração dos valores.

A identificação dos métodos de valoração baseou-se em entrevistas realizadas nas duas comunidades, com participação de atores locais em nível de consulta (IPBES, 2022; Rincón-Ruiz et al., 2019). Os procedimentos incluíram a discussão dos valores específicos, a definição do escopo de valoração e a identificação dos *tradeoffs* adequados a cada contexto. Após um teste piloto (n=5) e validação de conteúdo por especialistas, as entrevistas foram realizadas entre novembro de 2023 e agosto de 2024. Foram conduzidas 88 entrevistas semiestruturadas presenciais, por amostragem por conveniência e saturação teórica (De Sousa et al., 2019), com participantes maiores de 18 anos e vínculo histórico com o território (29 em Barra de Mamanguape e 59 em Tramataia). Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e realizadas mediante consentimento informado.

A análise qualitativa foi realizada por codificação temática, utilizando três sistemas de códigos: sistemas de vida e valores específicos (definidos dedutivamente a partir do referencial da IPBES), e atores territoriais (construído indutivamente a partir das entrevistas) (Díaz et al., 2018; Pascual et al., 2017; IPBES, 2022; Riechers et al., 2022). A codificação semântica foi conduzida manualmente no software MAXQDA, organizando-se os trechos em unidades de descrição (Bardin, 2011) com revisão iterativa dos códigos até saturação teórica (De Sousa et

al., 2019). Foram geradas sínteses e tabelas analíticas a partir da interseção entre sistemas de vida, valores e atores territoriais, considerando a frequência dos códigos.

Os principais resultados das entrevistas, selecionados com base na frequência relativa dos valores específicos identificados (princípio de saturação de significados), foram discutidos coletivamente com cada comunidade em maio de 2025, adotando uma abordagem transdisciplinar (Funtowicz; Ravetz, 1997). Os encontros utilizaram a técnica de grupos focais (Krueger; Casey, 2014) com o objetivo de validar os resultados das entrevistas e definir o propósito de valoração e o principal conflito socioambiental (IPBES, 2022). Os grupos seguiram um roteiro prévio e foram precedidos da divulgação de um material sintético com os resultados das entrevistas (em formato físico e digital), com apoio das lideranças comunitárias para organização e mobilização.

Os grupos focais (Krueger; Casey, 2014) foram realizados em maio de 2025, um na Escola Estadual Indígena Cacique Iniguaçu (aldeia Tramataia, com seis participantes) e outro na colônia de pesca Antônio de Brito Z13 (Barra de Mamanguape, com dezesseis participantes). As reuniões, com duração aproximada de uma hora, seguiram uma condução não diretiva a partir de perguntas orientadoras sobre os valores identificados nas entrevistas, incorporando uma abordagem participativa baseada no reconhecimento dos saberes locais e dos contextos socioculturais e de poder (Freire, 1996). As sessões, gravadas em áudio mediante autorização, foram transcritas manualmente com apoio do aplicativo oTranscribe. As transcrições foram analisadas por codificação no software MAXQDA.

Os códigos aplicados às intervenções dos participantes seguiram a classificação de métodos e perspectivas de valoração da IPBES (2022), abrangendo cinco abordagens: econômica, sociocultural, biofísica, holística (Conhecimentos, Inovação e Práticas Locais - CIL) e de saúde. A unidade de análise foi a declaração individual. A análise gerou uma matriz de visualização da interseção entre essas tipologias de valoração e os valores específicos mais relevantes para as comunidades, permitindo identificar padrões de ocorrência e sobreposições. Essa sistematização integrou dados das entrevistas e dos grupos focais para definir o escopo de valoração, estruturado em cinco dimensões orientadoras: (1) diversidade de atores, (2) contexto territorial, (3) visões de mundo, (4) famílias de métodos de valoração, e (5) valores específicos (IPBES, 2022).

A análise dos valores específicos e das principais preocupações e conflitos discutidos coletivamente, articulada com o referencial da IPBES, fundamentou a seleção final dos métodos de valoração, visando consistência com os objetivos da pesquisa e os contextos locais

identificados. Paralelamente, a identificação dos *tradeoffs* -definidos como escolhas entre custos e benefícios decorrentes de conflitos na atribuição de valor por diferentes atores- foi realizada a partir da análise das entrevistas. As transcrições foram analisadas no MAXQDA, tendo a sentença como unidade de análise. Cada sentença foi codificada com foco em relatos de conflito. As tabelas de codificação, exportadas para o Excel, permitiram uma categorização progressiva, considerando como *tradeoff* todas as situações que implicam uma escolha, voluntária ou involuntária, por parte do entrevistado.

A análise dos *tradeoffs* foi conduzida de forma indutiva até a saturação das categorias, com os grupos focais validando os resultados preliminares. Para cada comunidade, selecionou-se para análise aprofundada o *tradeoff* com maior frequência de citação nas codificações. A seleção final dos métodos de valoração seguiu a estrutura de questões-guia da IPBES (2022), avaliando propósito, abordagens metodológicas, tipos de valores, contexto, inclusão de atores e confiabilidade dos resultados. Com base nessa orientação, optou-se por um método da abordagem de 'valoração baseada em declarações' para analisar as entrevistas e compreender visões de mundo e percepções sobre as contribuições da natureza para a qualidade de vida (Legg et al., 2020; Lew; Larson, 2015). Este método caracteriza valores expressos verbalmente ou por escrito.

Os *tradeoffs* identificados subsidiaram a construção de questionários específicos para cada comunidade, visando explorar escolhas individuais e coletivas e qualificar resultados quantitativos com interpretações contextuais. A definição do escopo e dos *tradeoffs* orientou a seleção dos Métodos de Preferência Declarada (MPD), adequados à valoração sociocultural (García-Llorente et al., 2012; Díaz et al., 2018). Os MPD solicitam que os participantes expressem seus valores de forma verbal ou escrita, permitindo descrever e quantificar interações com a natureza e suas contribuições para o bem-estar. Sua confiabilidade baseia-se na descrição de cenários realistas, na geração de respostas que influenciam a tomada de decisão e na vinculação do valor declarado a possíveis políticas (Rincón-Ruíz et al., 2019). Para complementar os resultados qualitativos, aplicaram-se questionários de viés quantitativo.

Os MPD estimam medidas de bem-estar associadas a alternativas de política e revelam valores de não uso, frequentemente negligenciados (Legg et al., 2020; Lew; Larson, 2015; Oleson et al., 2015). Dentre suas técnicas, utilizou-se a escala *Likert* para captar valores de não uso e mensurar a intensidade de percepções em contextos de conflito socioambiental (Anderson et al., 2022; García-Llorente et al., 2012). Para cada comunidade, elaborou-se um questionário específico na plataforma *Google Forms*, apresentando contextualmente o principal *tradeoff*

identificado e expressando dilemas ligados a valores específicos. As respostas foram coletadas por meio de quatro questões fechadas de alternativa única e obrigatória.

Selecionaram-se quatro valores por *tradeoff* para representar os conflitos mais relevantes, assegurando diversidade valorativa e aplicabilidade do instrumento (García-Llorente et al., 2012; Legg et al., 2020). As afirmações foram redigidas em linguagem simples e adaptadas ao contexto local (Freire, 1996). O instrumento passou por validação em duas etapas: revisão pela equipe de pesquisa para ajustar neutralidade e relevância, e aplicação prévia em colaboração com duas lideranças locais para garantir representatividade cultural. As respostas foram mensuradas por uma escala Likert de 5 pontos (1 = discordo totalmente a 5 = concordo totalmente), técnica amplamente utilizada para elicitar valores relacionados a recursos públicos e dimensões socioculturais (Legg et al., 2020; IPBES, 2022; Oleson et al., 2015).

Durante a aplicação, comentários espontâneos dos participantes foram registrados em um diário de campo complementar, documentando observações, dúvidas e justificativas. O tamanho amostral para o questionário Likert foi definido pela fórmula de Cochran (1977) para populações finitas. Em Barra de Mamanguape (N=166 adultos), com um erro amostral de 10%, obteve-se 50 respostas válidas (30% da população). Em Tramataia (N=1080 adultos), com erro amostral de 7%, foram aplicados 173 questionários válidos, superando o mínimo amostral estimado. A aplicação ocorreu entre setembro e outubro de 2025 por amostragem de conveniência em locais públicos, complementando as entrevistas e grupos focais para permitir a triangulação metodológica.

O questionário digital, com respostas obrigatórias, não apresentou dados ausentes. As respostas foram analisadas no software R (versão 4.3) com os pacotes dplyr e ggplot2. A análise estatística descritiva focou na distribuição coletiva das percepções, calculando frequências absolutas e relativas para cada ponto da escala, bem como medidas de tendência central (média, mediana) e dispersão (desvio padrão) para avaliar a direção predominante e o grau de consenso ou heterogeneidade (García-Llorente et al., 2012; Legg et al., 2020; Oleson et al., 2015). A interpretação analisou enunciados com alto consenso (média ≥ 4 e desvio padrão ≤ 1), polarização (desvio padrão ≥ 1.5) ou heterogeneidade (valores intermediários), indicando valores compartilhados ou tensões (Philipp Jr.; Malheiros, 2012).

Estes padrões quantitativos fundamentaram a construção de indicadores de valor (García-Llorente et al., 2012; Legg et al., 2020) e a subsequente integração interpretativa com os dados qualitativos das entrevistas. A integração dos dados dos questionários Likert com as análises qualitativas dos *tradeoffs* seguiu uma abordagem de métodos mistos (Oleson et al.,

2015; Kinnebrew et al., 2021), articulando padrões mensuráveis com significados sociais (IPBES, 2022) conforme o princípio de he awa whiria para a integração de abordagens (Martel et al., 2022). O processo foi conduzido de forma iterativa e reflexiva (Kinnebrew et al., 2021), operacionalizado no software MAXQDA para permitir o tratamento conjunto de dados quantitativos e qualitativos em um processo de refinamento recíproco (Christ, 2010; Oleson et al., 2015).

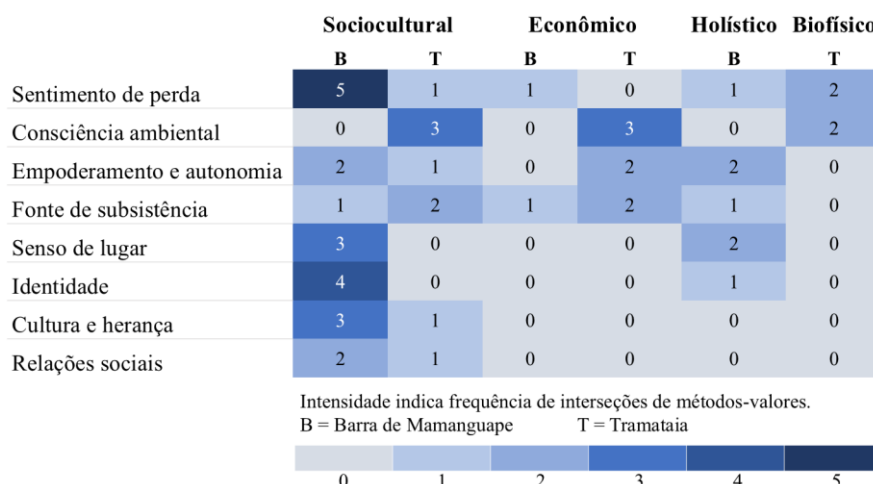
A integração estruturou-se em três etapas: (i) Construção de uma matriz no Excel para vincular fragmentos qualitativos codificados (das entrevistas) aos dados quantitativos (dos questionários); (ii) Análise cruzada para identificar convergências, tensões ou complementaridades entre as bases; (iii) A matriz foi organizada em nove colunas que progressivamente catalogaram a fonte, o *tradeoff*, o valor associado, o tipo de dado, observações contextuais, a tendência quantitativa, a comparação entre bases e a síntese final. Foram analisados 97 registros para Barra de Mamanguape e 93 para Tramataia.

O processo iterativo contrastou os dados quantitativos (padrões de consenso nos questionários) com os fragmentos qualitativos das entrevistas (Kinnebrew et al., 2021; Oleson et al., 2015). Esta confrontação evidenciou convergências, divergências, tensões e complementaridades entre as dimensões individuais e coletivas de valor, seguindo um princípio de diálogo não hierárquico entre conhecimentos (Martel et al., 2022), o que reforçou a validade interpretativa e a aplicabilidade prática dos resultados. A abordagem dialogou com a tradição pragmática da pesquisa-ação, reconhecendo a produção de conhecimento como uma prática situada e reflexiva, emergente das interações sociais e dos contextos culturais específicos, e buscando aprimorar coletivamente os processos de valoração (Harris, 2022; Kinnebrew et al., 2021).

4. Discussão dos Resultados

A Figura 2 sintetiza a intersecção entre valores específicos e famílias de métodos de valoração. Embora as comunidades compartilhem proximidades geográficas, registraram-se diferenças substanciais em seus contextos territoriais. A análise revelou a predominância da perspectiva metodológica sociocultural. Em Barra de Mamanguape, esta perspectiva concentrou-se em valores como identidade e senso de lugar. Em Tramataia, associou-se com maior diversidade às abordagens econômica e biofísica.

Figura 2. Matriz das interseções entre valores específicos e famílias de métodos.



Fonte: Dados da pesquisa (Isaza-Valencia et al., 2026).

A Figura 3 consolida comparativamente o escopo de valoração de ambos os territórios, destacando objetivos, atores, conflitos e abordagens distintas. O escopo da valoração em Barra de Mamanguape foi definido por um conflito territorial intenso. A comunidade relata a perda de áreas de uso coletivo, descrita como um processo de expropriação de práticas tradicionais, marcado por intimidações e ausência estatal. O contexto apresenta uma dualidade de visões: uma comunitária onde a natureza é espaço coletivo de vida, e uma externa mercantil onde o território é um bem transacionável. A valoração assume, portanto, um caráter político de justiça territorial, sendo as abordagens sociocultural e holística as mais apropriadas.

Figura 3. Escopo de valoração plural da natureza



Fonte: Dados da pesquisa, adaptado de IPBES, 2022.

Em Tramataia, o território é a base do bem-viver, com alta dependência da pesca para subsistência. A comunidade enfrenta degradação ecológica, com desmatamento na área de mangue e poluição no estuário, o que compromete sua reprodução material e cultural. A

vulnerabilidade é agravada pela ausência de mecanismos coletivos de comercialização e pela exploração por atravessadores. A cosmologia Potiguara, que compreende o território como entidade viva, fundamenta a visão de mundo local. As tipologias de valoração mais adequadas são sociocultural, econômica e biofísica. Embora ambas as comunidades compartilhem a preocupação com a degradação ambiental, o foco da valoração difere: na Barra, na resistência à especulação imobiliária; em Tramataia, na relação ecologia-subsistência. Os principais *tradeoffs* identificados refletem essa tensão (Quadro 1).

Quadro 1. *Tradeoffs* identificados por comunidade

	Barra de Mamanguape	Tramataia
Tradeoff	Permanência no território x Especulação imobiliária	Autossustento comunitário x Pressões externas
Descrição	A permanência das famílias tradicionais é ameaçada pela construção de residências de veraneio, que transformam a paisagem e fragilizam os vínculos comunitários.	O valor do autossustento entra em conflito com atividades externas que degradam o ambiente, como a monocultura e o desmatamento.

Fonte: Dados da pesquisa (Isaza-Valencia, 2025).

A seleção final dos métodos de valoração foi guiada por respostas a questões orientadoras (Quadro 2), que sistematizam para cada comunidade o objetivo, métodos, valores eliciados, contexto e viabilidade.

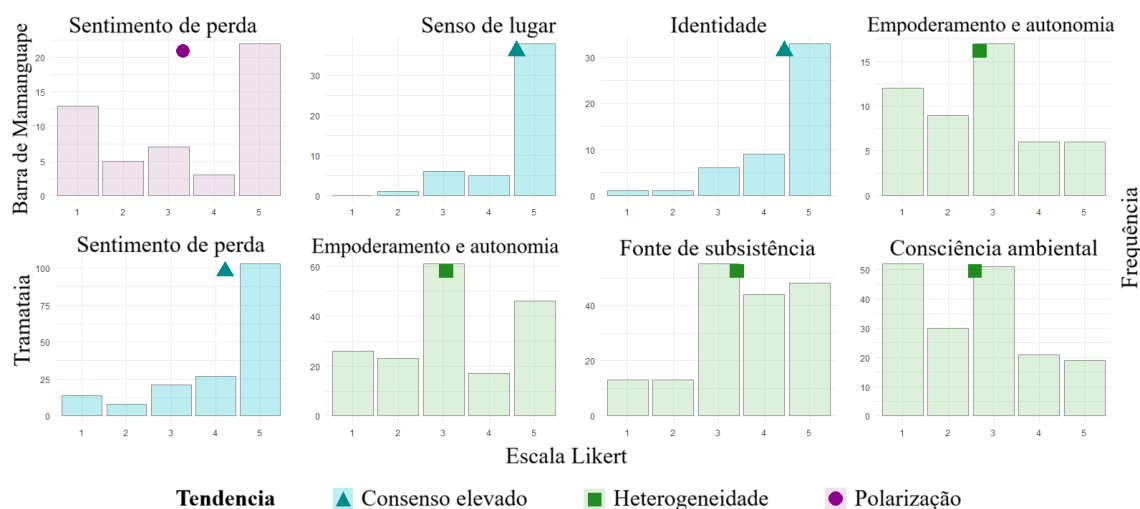
Quadro 2. Respostas às questões orientadoras para seleção dos métodos de valoração

Questão	Barra de Mamanguape	Tramataia
Objetivo	Explicitar valores frente à especulação imobiliária e ao turismo para proteger modos de vida.	Identificar valores frente à degradação ecológica e seu impacto na subsistência.
Métodos	Grupos focais, entrevistas, tabelas de frequência. Sociocultural (princ.), Holística (sec.).	Entrevistas, grupos focais. Análise cruzada. Sociocultural (princ.), Econômica, Biofísica (sec.).
Valores Eliciados	Sentimento de perda, senso de lugar, identidade, empoderamento. (Relacionais).	Consciência ambiental, subsistência, perda, empoderamento. (Relacionais /Instrumentais).
Contexto	Comunidade tradicional. Conflitos fundiários, repressão institucional, invisibilização.	Aldeia indígena. Degradação ecológica, ausência de políticas, perda de governança.
Valores amplos	Assimetria moradores/especuladores, justiça territorial.	Cosmovisão indígena, conflitos com atores externos.
Confiabilidade /Viabilidade	Recursos limitados. Legitimada pelo processo participativo.	Recursos limitados. Validada por abordagem iterativa e participativa.

Fonte: Dados da pesquisa (Isaza-Valencia, 2025).

Ambos os territórios apresentaram uma recorrência de valores relacionais. Os contextos são marcados por conflitos socioambientais distintos, com potencial para informar políticas públicas por meio da coprodução de conhecimento. A análise revelou padrões distintos de valoração entre as comunidades. A Figura 4 apresenta as frequências das respostas e as estatísticas descritivas para os valores investigados em ambas as comunidades.

Figura 4. Frequências de valores e estatísticas descritivas



Em Barra de Mamanguape, os valores de senso de lugar (76%) e identidade (66%) concentraram-se no extremo superior da escala, enquanto o sentimento de perda apresentou uma distribuição bimodal. Em Tramataia, o sentimento de perda também se concentrou no valor máximo (60%), contrastando com a dispersão observada nos demais valores. As estatísticas descritivas confirmaram esses padrões. Em Barra de Mamanguape, senso de lugar e identidade apresentaram as maiores médias (4,60; 4,44) e menor dispersão. Em Tramataia, o sentimento de perda mostrou alto consenso (média 4,22), enquanto empoderamento, subsistência e consciência ambiental exibiram médias mais baixas e maior heterogeneidade.

Os resultados destacam que a comunidade Barra de Mamanguape possui forte vínculo identitário, com autonomia percebida como limitada e polarização sobre perdas. Tramataia apresentou consenso sobre perdas ambientais e dependência material da natureza, com heterogeneidade em empoderamento e consciência ambiental e fragilidade na articulação coletiva. A integração de dados revelou padrões, consensos e heterogeneidades em quatro valores em Barra de Mamanguape. O sentimento de perda apresentou polarização, com parte da comunidade expressando vulnerabilidade frente à especulação imobiliária, enquanto outras visões eram moduladas por disputas internas. Os dados quantitativos confirmaram percepções de perdas intensas, mas com variações na intensidade percebida, e alguns participantes associaram a especulação imobiliária a uma oportunidade de aumento de renda.

A atribuição da responsabilidade a atores institucionais ou empreendimentos externos reforçou sentimentos de injustiça ambiental. Apesar das divergências, emergiram estratégias comunitárias de resistência, indicando coesão na proteção do território. O senso de lugar emergiu como valor central, evidenciando forte vínculo afetivo e cultural com o território, percebido como espaço de vivência cotidiana e memória coletiva. Os dados quantitativos

reforçaram essa percepção: 86% dos participantes associaram o território fortemente a pertencimento e memória, indicando consenso elevado. O apego ao lugar manteve-se sólido, sustentando coesão comunitária e desejo de continuidade cultural.

O valor identidade emergiu vinculado às práticas culturais, memória coletiva e vínculo territorial. O território é percebido como espaço de continuidade cultural e transmissão intergeracional de saberes, contrastando com a lógica transacional de atores externos. A identidade foi reforçada pela memória afetiva e práticas cotidianas, evidenciando pertencimento e continuidade familiar. Apesar das pressões externas, a comunidade manteve consenso sobre a importância das práticas culturais para sua identidade. O reconhecimento de benefícios econômicos conviveu com preocupações sobre perda de exclusividade e tranquilidade. Orgulho ocupacional e conhecimento ecológico local reforçaram o pertencimento.

A identidade mostrou-se ancorada em práticas, memória e vínculo territorial. Empoderamento e autonomia emergiram como dimensões limitadas e heterogêneas, com a autonomia prática restringida pela falta de controle coletivo, governança frágil e dependência de apoio externo, agravada por restrições de uso da terra da APA. O empoderamento foi percebido como relacional e conflituoso, mediado por estruturas institucionais. Contudo, estratégias de autonomia adaptativa, como ensino comunitário e manejo sustentável, foram identificadas. Mudanças geracionais evidenciaram a coexistência de dependência externa com manutenção de tradições. Os dados quantitativos corroboraram uma percepção média baixa de autonomia (2,7), indicando dependência institucional predominante, mas com heterogeneidade e elementos de agência parcial.

A análise integrada revelou forte coesão e vínculo territorial, mas também desafios de perda e limitações de autonomia. Em Tramataia, a análise focou quatro valores: sentimento de perda, empoderamento, subsistência e consciência ambiental. O sentimento de perda articulou dimensões materiais, simbólicas e identitárias. Os relatos qualitativos indicaram percepções significativas de perda de biodiversidade, práticas de subsistência e memórias culturais, conectando degradação ecológica e perda identitária. Os dados quantitativos corroboraram isso, com cerca de 60% dos participantes reportando perdas importantes, atribuídas principalmente à expansão agroindustrial, o que reforçou sentimentos de injustiça e vulnerabilidade. Alguns associaram o passado a desmatamento intenso, mas reconheceram a diminuição atual dessa pressão.

O valor empoderamento e autonomia apresentou percepções heterogêneas. Enquanto parte da comunidade reconheceu as práticas tradicionais como fonte de identidade e autonomia,

outra parte questionou sua eficácia. O apego territorial reteve valor simbólico, mas o controle do território não foi universalmente percebido como expressão de autonomia, reflexo captado pela média quantitativa baixa, porém com alta variação. Identificou-se uma tensão geracional, na qual pais associaram a escolarização ao afastamento dos saberes tradicionais e do trabalho no mangue. A persistência de práticas como a pesca tradicional e o manejo sustentável, contudo, reforçou uma autossuficiência simbólica.

O valor fonte de subsistência emergiu como um elemento estrutural, vinculando diretamente o território à alimentação, moradia e renda. Este vínculo foi relativizado pela percepção crescente de risco, derivada da degradação ambiental e de pressões externas. A análise evidenciou uma ambivalência em relação à regulação ambiental: sua necessidade foi reconhecida, mas sua eficácia foi questionada frente às exigências da subsistência, gerando conflitos entre a proteção territorial e o uso tradicional de recursos. A consciência ambiental apresentou um quadro ambíguo. Os relatos qualitativos indicaram sensibilidades individuais e uma percepção crítica da degradação. Contudo, os dados quantitativos confirmaram uma média baixa de percepção ambiental, revelando uma fragmentação entre o reconhecimento do valor ecológico e a ação coletiva organizada. Os valores analisados demonstraram percepções complexas e dinâmicas sobre o território, destacando a coexistência entre vulnerabilidade, resistência, práticas adaptativas e continuidade cultural.

A polarização entre vulnerabilidade e oportunidade em Barra de Mamanguape reflete concepções internas divergentes de “buen vivir” (Pascual et al., 2023) e a tensão entre a natureza como recurso e como elemento comunitário (Chan et al., 2016; Kageyama et al., 2025; Kenter et al., 2025). Esta disputa simbólica alinha-se a processos de desterritorialização que redefinem o valor da natureza e intensificam injustiças (Aznarez et al., 2025; Buckley et al., 2024; Martínez-Allier, 2021), centralizando o conflito sobre quem define o valor do território e resultando em exclusão decisória (Smith et al., 2023). A expansão imobiliária, ao desconectar decisões políticas dos modos de vida locais (Miller; Tonoto, 2023), encontra resistência no senso de lugar. Este, enquanto ligação afetiva e memória (Ainsworth et al., 2022; Azzopardi et al., 2022), sustenta o pertencimento, reforça a identidade comunitária e atua como um núcleo de resistência cultural (Chan et al., 2016; Pascual et al., 2023; Treviño, 2022), reafirmando cosmologias plurais frente à lógica de mercado (Brehm et al., 2013; Anderson et al., 2022). Nesse processo, identidade, afeto e memória operam como valores transformadores, sustentando justiça socioambiental e intergeracional e resistindo à erosão epistêmica imposta por regimes de governança dominantes (Anderson et al., 2022; IPBES, 2025).

O valor empoderamento e autonomia é condicionado pela impossibilidade de uso produtivo da terra, o que impõe uma dependência institucional e afeta a reprodução sociocultural (Rincón-Ruiz et al., 2019; Jacobs et al., 2020). Esta exclusão demonstra como políticas de conservação, ao negligenciar modos de vida locais, podem reproduzir desigualdades e limitar a autodeterminação (Pascual et al., 2023). Nesse contexto, as comunidades conciliam vínculos institucionais com resistência simbólica, refletindo tensões entre governanças impostas e autodeterminação local (Anderson et al., 2022; Kenter et al., 2025). Sistemas próprios de governança, como o manejo local, sustentam relações simbólicas cultura-ecossistema e desafiam narrativas de passividade (Ainsworth et al., 2022; Brehm et al., 2013; Kageyama et al., 2025). No entanto, esta autonomia é parcial e condicionada por estruturas de poder externas, que concentram a tomada de decisão e restringem uma gestão equitativa (Kenter et al., 2025; Pascual et al., 2023). Portanto, o reconhecimento epistêmico e a participação local são fundamentais para legitimar a governança ambiental (Jacobs et al., 2020; Kenter et al., 2025; Lopes; Videira, 2018).

Em Tramataia, o sentimento de perda manifesta-se como apagamento da história, práticas tradicionais e sistemas cosmológicos indígenas (IPBES, 2025; Cloud; Redvers, 2023). Esta degradação socioecológica, impulsionada por uma lógica utilitarista (Brehm et al., 2013; Miller; Tonoto, 2023), resulta na erosão da memória coletiva, na ruptura de vínculos espirituais e em uma profunda injustiça epistêmica (IPBES, 2022; Jacobs et al., 2020). Contudo, é um processo variável conforme as transformações socioecológicas (Azzopardi et al., 2022; Treviño, 2022). Paradoxalmente, ao articular degradação ambiental e apagamento cultural, esta percepção pode funcionar como um catalisador para fortalecer valores relacionais e redefinir eticamente as relações com a natureza (Anderson et al., 2022; Chan et al., 2016; Seixas et al., 2024).

O empoderamento e a autonomia emergem de forma fragmentada, refletindo a tensão entre tradição e modernidade. Esta autonomia limitada expressa, contudo, uma agência comunitária frente a estruturas externas (Anderson et al., 2022; Brehm et al., 2013). Seu fortalecimento depende da legitimação das práticas tradicionais e da incorporação de lentes de valor locais nas políticas públicas (Kenter et al., 2025; Pascual et al., 2023). Dinâmicas econômicas assimétricas, como a influência de atravessadores, limitam concretamente a agência comunitária (Jacobs et al., 2020; Kageyama et al., 2025). Neste cenário, a autogestão baseada em práticas tradicionais coexiste de forma tensa com a dependência institucional, configurando uma autonomia parcial e contingente. Superar esta contradição exige uma

reconfiguração institucional que redistribua poder e incorpore ativamente as cosmovisões locais nos processos de governança (Jacobs et al., 2020; Kenter et al., 2025; IPBES, 2025).

O valor fonte de subsistência encapsula a tensão entre sobrevivência econômica e conservação ambiental. As práticas de uso, guiadas por uma racionalidade de necessidade, demonstram consciência dos limites ecológicos (Kenter et al., 2025) e integram a subsistência material a vínculos simbólicos, exemplificando a coexistência de valores instrumentais e relacionais que precisam ser reconhecidos na gestão do território (Anderson et al., 2022; IPBES, 2025). Portanto, o reconhecimento da dimensão simbólica inerente ao uso diário da natureza é crucial. Políticas e processos decisórios devem integrar de forma não-tokenística os contextos culturais, as práticas locais e os auxílios financeiros para evitar a reprodução de desigualdades e promover transições verdadeiramente justas (Lopes; Videira, 2018; IPBES, 2025).

A consciência ambiental manifesta-se de forma emergente e dispersa, onde a percepção crítica da degradação nem sempre se converte em ação coletiva. Este cenário reflete lacunas na participação, típicas de governanças centralizadas (IPBES, 2025; Kenter et al., 2025), e a desvalorização histórica do conhecimento ecológico local (IPBES, 2025; Kageyama et al., 2025). No entanto, formas de cuidado arraigadas na experiência direta e na aprendizagem comunitária (Chan et al., 2016; Seixas et al., 2024) apontam para um caminho transformador. Iniciativas pedagógicas e processos educativos intergeracionais podem fortalecer a ecoalfabetização, catalisando a mobilização coletiva e ancorando a governança participativa em valores relacionais e intrínsecos da natureza (Anderson et al., 2022; Kenter et al., 2025).

A análise comparativa das duas comunidades costeiras reforça que os processos de valoração plural são historicamente situados e geograficamente contextualizados. Limitações como a influência do pesquisador demonstram que a valoração é inerentemente contextual e deve ser interpretada como um processo local, que reconhece assimetrias de poder (Jacobs et al., 2020; Rincón-Ruíz et al., 2019). Nesse processo, as práticas participativas e os valores emergem de forma dialética, moldando-se mutuamente dentro das relações de poder locais (Brehm et al., 2013). Essa dinâmica dialética entre valores, práticas e poder é sintetizada no framework conceitual da Figura 5, que modela a valoração plural como uma lente crítica para analisar conflitos costeiros.

Figura 5. Dinâmica do conflito de valoração em territórios costeiros.



Fonte: Dados da pesquisa (Isaza-Valencia et al., 2026).

Para capturar esta complexidade, incluindo dimensões de dependência e associações simbólicas, é crucial combinar métodos complementares (Riechers et al., 2022). Estratégias únicas arriscam privilegiar visões hegemônicas e perpetuar assimetrias. A comparação demonstra que, apesar de mobilizarem universos de valor distintos, ambas as comunidades constroem sua resistência na autonomia, no empoderamento e, crucialmente, no senso de lugar. Este último atua como um núcleo simbólico e político que fortalece a coesão identitária. Assim, seus territórios afirmam-se como 'lugares' no sentido antropológico (Augé, 1992): espaços relacionais e históricos cuja defesa é vital contra reduções a meras funções econômicas.

A apropriação do espaço costeiro por atores externos gera conflitos de valor onde visões de mundo incompatíveis disputam a definição do território (Bavinck et al., 2017; Sinay et al., 2019). Nesses *hotspots* de conflito, a valoração plural desempenha um papel crucial: ao trazer à tona narrativas e práticas locais, ela contribui para reafirmar os territórios como 'lugares' significativos (Augé, 1992), contrapondo-se à sua redução a 'não-lugares' abstratos. Os valores que emergem refletem, assim, as urgências históricas específicas de cada comunidade.

O processo de valoração oferece uma fotografia temporal das urgências comunitárias, ressaltando seu caráter histórico e relacional (Azzopardi et al., 2022; Chan et al., 2016). Ele revela como, como em Tramataia, a dependência da natureza pode articular dimensões materiais e simbólicas de empoderamento. Este processo ilumina tanto valores consensuais, que servem como bases para diálogo, quanto valores divergentes, que expõem conflitos profundos (Díaz et al., 2015; Pascual et al., 2023). Reconhecer a coexistência moldada por estruturas de poder entre valores instrumentais e relacionais (Kenter et al., 2025) é, portanto, pré-condição para intervenções que promovam justiça socioambiental.

Deste modo, a valoração plural transcende a mera descrição de diferenças contextuais. Ao evidenciar conflitos e universos de valor em disputa, ela consolida-se como uma lente crítica

indispensável para analisar relações de poder, decifrar estratégias de resistência e identificar caminhos concretos para a transformação socioambiental.

5. Considerações finais

Este estudo demonstra que a valoração plural nas comunidades costeiras de Barra de Mamanguape e Tramataia é um processo historicamente situado e politicamente carregado. Os resultados revelam que valores relacionais podem atuar como mecanismos centrais de resistência cultural e coesão comunitária frente à especulação imobiliária e à desterritorialização. Contudo, a autonomia material necessária para sustentar esses valores é limitada por governanças centralizadas e políticas de conservação excludentes, que reproduzem desigualdades socioambientais e injustiça epistêmica.

A principal implicação teórica é que a valoração plural deve ser conceituada não como um inventário neutro, mas como uma negociação dinâmica e atravessada por relações de poder, que revela ontologias em conflito. Metodologicamente, o estudo ressalta a necessidade de integrar métodos narrativos, afetivos e participativos para capturar essas dimensões relacionais e as assimetrias de poder internas que elas corporificam. Para políticas e práticas, nossos resultados defendem uma reconfiguração fundamental da governança costeira. Gestões eficazes e justas devem institucionalizar processos que reconheçam as epistemologias locais, legitimem valores relacionais juntamente com os instrumentais e redistribuam o poder decisório para as comunidades, indo além de consultas simbólicas.

Uma limitação primária desta pesquisa é seu desenho qualitativo de estudo de caso, que limita generalizações amplas, mas proporciona um entendimento profundo das dinâmicas contextuais. Pesquisas futuras devem empregar abordagens comparativas e longitudinais para rastrear como as formações de valor se alteram sob intervenções políticas específicas e desenvolver metodologias que conectem valores relacionais a resultados tangíveis de governança. Em essência, a valoração plural consolida-se como uma ferramenta epistêmica e política crítica. Ela torna visíveis os conflitos inerentes à gestão ambiental e abre caminhos para futuros mais equitativos e sustentáveis, ao centralizar a autonomia comunitária, a justiça epistêmica e as diversas formas de valorar a natureza.

Referências

AINSWORTH, G. et al. A fulfilled human life: Eliciting sense of place and cultural identity in two UK marine environments through the Community Voice Method. **Ecosystem Services**, v. 39, p. 100992, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2019.100992>

ANDERSON, C.B. et al. **Chapter 2: Conceptualizing the diverse values of nature and their contributions to people**. In: Methodological Assessment Report on the Diverse Values

and Valuation of Nature of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. BALVANERA, et al. (eds). IPBES secretariat, Bonn, Germany, 2022. <https://doi.org/10.5281/zenodo.6493134>

AUGÉ, M. **Não lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Lisboa, 90 Graus Editora, 1992.

AZNAREZ, C. et al. Green gentrification drives socio-cultural shifts from provisioning to cultural valuation of ecosystem services. **Ecosystem Services**, v. 73, p. 101731, 2025. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2025.101731>

AZZOPARDI, E. et al. What are heritage values? Integrating natural and cultural heritage into environmental valuation. **People and Nature**, v. 5, n. 2, p. 368-383, 2023. <https://doi.org/10.1002/pan3.10386>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAVINCK, Maarten et al. The impact of coastal grabbing on community conservation—a global reconnaissance. **Maritime studies**, v. 16, n. 1, p. 8, 2017. <https://doi.org/10.1186/s40152-017-0062-8>

BREHM, J. M.; EISENHAUER, B. W.; STEDMAN, R. C. Environmental concern: Examining the role of place meaning and place attachment. **Society & Natural Resources**, v. 26, n. 5, p. 522-538, 2013. <https://doi.org/10.1080/08941920.2012.715726>

BUCKLEY, Ralf C. et al. Conservation threats from tourism land grabs and greenwash. **Biological Conservation**, v. 299, p. 110792, 2024. <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2024.110792>

CHAN, K. M. A. et al. Why protect nature? Rethinking values and the environment. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 113, n. 6, p. 1462-1465, 2016. <https://doi.org/10.1073/pnas.1525002113>

CHRIST, T. W. Teaching Mixed Methods and Action Research: Pedagogical, Practical, and Evaluative Considerations. In: TASHAKKORI, A; TEDDLIE, C. **SAGE Handbook of Mixed Methods in Social & Behavioral Research**, p. 643-676. SAGE Publications, Inc., 2010. <https://doi.org/10.4135/9781506335193.n20>

CLOUD, Q. Y.; REDVERS, N. Honoring indigenous sacred places and spirit in environmental health. **Environmental Health Insights**, v. 17, p. 11786302231157507, 2023. <https://doi.org/10.1177/11786302231157507>

COCHRAN, W. G. **Sampling techniques**. 3. ed. New York: John Wiley & Sons, 1977.

DE SOUSA, D. C. P.; MAGALHÃES, H. F.; DE OLIVEIRA, E. S.; ALBUQUERQUE, U. P. Qualitative data analysis. **Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology**, p. 45-54, 2019.

DÍAZ et al., Assessing nature's contributions to people. **Science**, v. 359, n. 6373, p. 270-272, 2018. <https://doi.org/10.1126/science.aap8826>

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNTOWICZ, S.; RAVETZ, J. Ciência pós-normal e comunidades ampliadas de pares face aos desafios ambientais. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, v. 4, n. 2, p. 219-230, 1997. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701997000200002>

GARCÍA-LLORENTE, M. et al. A choice experiment study for land-use scenarios in semi-arid watershed environments. **Journal of Arid Environments**, v. 87, p. 219-230, 2012.

<https://doi.org/10.1016/j.jaridenv.2012.07.015>

GONZÁLEZ, J. A. F. **Alternativas en tiempos de crisis civilizatoria**. Universidad Iberoamericana AC, 2023.

GUDYNAS, E. La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo. **Íconos-Revista de Ciencias Sociales**, n. 36, p. 53-67, 2010.

<https://doi.org/10.17141/iconos.36.2010.391>

HARRIS, J. Mixed methods research in developing country contexts: Lessons from field research in six countries across Africa and the Caribbean. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 16, n. 2, p. 165-182, 2022. <https://doi.org/10.1177/15586898211032825>

IPBES. Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. **The methodological assessment report on The Diverse Values and Valuation of Nature: Summary for Policymakers**, 2022. Disponível em:

<https://zenodo.org/record/7687931#.ZCSAsnbMLIU>

_____. **Methodological assessment report on the diverse values and valuation of nature of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**. Balvanera, P.; Pascual, U.; Christie, M.; Baptiste, B.; González-Jiménez, D. (eds.). Bonn: IPBES Secretariat, 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.6522522>

_____. **Thematic Assessment Report on the Underlying Causes of Biodiversity Loss and the Determinants of Transformative Change and Options for Achieving the 2050 Vision for Biodiversity**. Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services (Transformative Change Assessment). O'Brien, K., Garibaldi, L., and Agrawal, A. (eds.). IPBES secretariat, Bonn, Germany, 2025. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11382215>

JACOBS, S. et al. Use your power for good: plural valuation of nature – the Oaxaca statement. **Global Sustainability**, v. 3, p. e8, 1–7, 2020. <https://doi.org/10.1017/sus.2020.2>

KAGEYAMA, S.; BLANDON, A.; BLASIAK, R. Exploring the diverse values local people associate with marine protected areas and the implications for sustainable ocean management. **Ocean & Coastal Management**, v. 261, p. 107523, 2025. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2024.107523>

KENTER, J. O. et al. Toward a relational biodiversity economics: Embedding plural values for sustainability transformation. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 122, n. 40, p. e2314586122, 2025. <https://doi.org/10.1073/pnas.2314586122>

KINNEBREW, E. et al. Approaches to interdisciplinary mixed methods research in land-change science and environmental management. **Conservation Biology**, v. 35, n. 1, p. 130-141, 2021. <https://doi.org/10.1111/cobi.13642>

KRUEGER, A.; CASEY, M. **Focus groups: A practical guide for applied research**. 5 ed. Sage publications, 2014.

LEGG, Peter et al. Cultural values, deep mining operations and the use of surplus groundwater for towns, landscapes and jobs. **Ecological Economics**, v. 178, p. 106808, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106808>

LEW, Daniel K.; LARSON, Douglas M. Stated preferences for size and bag limits of Alaska charter boat anglers. **Marine Policy**, v. 61, p. 66-76, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2015.07.007>

- LOPES, R.; VIDEIRA, N. Bringing stakeholders together to articulate multiple value dimensions of ecosystem services. **Ocean & Coastal Management**, v. 165, p. 215-224, 2018. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2018.08.026>
- MARTEL, R.; SHEPHERD, M.; GOODYEAR-SMITH, F. He awa whiria—A “braided river”: An indigenous Māori approach to mixed methods research. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 16, n. 1, p. 17-33, 2022. <https://doi.org/10.1177/1558689820984028>
- MARTÍNEZ-ALIER, J. **El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración**. Icaria, 2021.
- MILLER, M. A.; TONOTO, P. Leveraging plural valuations of mangroves for climate interventions in Indonesia. **Sustainability Science**, v. 18, n. 3, p. 1533-1547, 2023. <https://doi.org/10.1007/s11625-023-01297-1>
- OLESON, K. L. L. et al. Cultural bequest values for ecosystem service flows among indigenous fishers: A discrete choice experiment validated with mixed methods. **Ecological Economics**, v. 114, p. 104-116, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2015.02.028>
- PASCUAL, U. et al. Valuing nature’s contributions to people: the IPBES approach. **Current opinion in environmental sustainability**, v. 26, p. 7-16, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2016.12.006>
- PHILIPP JR. A., MALHEIROS, T. F. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. Barueri: Manole, 2012.
- RIECHERS, M. et al. Reviewing relational values for future research: insights from the coast. **Ecology and Society**, v. 27, n. 4, p. 44 2022. <http://dx.doi.org/10.5751/ES-13710-270444>
- RINCÓN-RUIZ, A. et al. Applying integrated valuation of ecosystem services in Latin America: Insights from 21 case studies. **Ecosystem Services**, v. 36, p. 100901, 2019. <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2019.100901>
- SEIXAS, C. S.; TURRA, A.; FERREIRA, B. P. (org.). **1º Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. Plataforma Brasileira de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (BPBES); Cátedra Unesco para a Sustentabilidade do Oceano, 2024. Doi: 10.4322/978-65-01-27749-3
- SINAY, L. et al. Povos tradicionais, áreas protegidas e turismo: um estudo de caso brasileiro de 15 anos de mudança cultural. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, p. e00704, 2019. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc0070r4vu19L1AO>
- SMITH, T. F. et al. Impacts of tourism on coastal areas. **Cambridge Prisms: Coastal Futures**, v. 1, p. e5, 2023. <https://doi.org/10.1017/cft.2022.5>
- STACEY, T. Religious repertoires of sustainability: Why religion is central to sustainability transitions, whatever you believe. **Environmental Innovation and Societal Transitions**, v. 50, p. 100821, 2024. <https://doi.org/10.1016/j.eist.2024.100821>
- SUGIMOTO, A.; SUGINO, H.; HORI, J. How bountiful is the ocean? Participatory valuation of human–nature relationships in Yaeyama Islands, Okinawa, Japan. **Sustainability Science**, p. 1-20, 2022. <https://doi.org/10.1007/s11625-021-00994-z>
- TREVIÑO, M. "The Mangrove is Like a Friend": Local perspectives of mangrove cultural ecosystem services among mangrove users in Northern Ecuador. **Human Ecology**, v. 50, n. 5, p. 863-878, 2022. <https://doi.org/10.1007/s10745-022-00358-w>